

## **AS ELITES POLÍTICAS BRASILEIRAS**

**Aluno: Fernando Patrício Ribeiro**

**Orientador: Eduardo Raposo**

### **Introdução**

O presente trabalho propõe-se a compreender o Brasil contemporâneo através do estudo de suas elites políticas. Tal visão decorre da perspectiva segundo a qual, podemos conhecer a natureza de um governo observando não só as características das instituições que o configuram, mas, também, as características pessoais de quem as dirige.

### **Objetivos**

O objetivo do presente trabalho é estudar o comportamento das elites políticas brasileiras, a partir da observação das composições das equipes ministeriais do governo de Luis Inácio Lula da Silva mais precisamente de janeiro de 2003, quando toma posse em seu primeiro mandato, até a primeira reforma ministerial de seu segundo governo, em março de 2007.

### **Metodologia**

Para analisar o governo Lula, observarei as escolhas dos ministros para os seguintes ministérios: Planejamento, Fazenda, Minas e Energia, Defesa, Educação, Previdência Social, Agricultura, Cultura, Trabalho, Justiça, Meio Ambiente, Cidades, Desenvolvimento Indústria e Comércio, Desenvolvimento Agrário, Esporte, Transporte, Comunicação, Integração Nacional, Turismo, Saúde, Relações Exteriores, Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Social.

Essa escolha dos ministros é baseada em duas variáveis: filiação partidária e experiência técnica. Para visualizarmos como esses dois pontos fazem parte do cálculo do presidente Lula na hora em que escolher os seus ministros, criamos três cotas nas quais esses pontos são fundamentais.

Inicialmente a cota partidária significa que o ministro foi nomeado justamente por sua filiação partidária. Em outras palavras, o chefe não tem experiência em gestão nem e conhecimento técnico, por não ter ocupado nenhum cargo que exigisse essas características. A sua importância reside, exclusivamente, no fato de ser membro de um partido. Assim podemos dizer, claramente, que a sua filiação partidária prevaleceu na hora da nomeação.

Por sua vez a cota técnica significa exatamente o contrário da cota partidária. O ministro foi nomeado por ter habilidades em gestão e experiência em coordenação e na administração de uma empresa. Nesse caso, o ministro não é filiado a nenhum partido e isso demonstra que ele foi nomeado por suas características técnicas e conhecimento científica.

Por último, a cota híbrida abrange um pouco dos dois, ou seja, é política e técnica. O representante dessa cota detém experiência prévia em gestão e conhecimento técnico e, também, é filiado a algum partido que interessa ao governo ter em sua base partidária. A sua importância reside no fato de ser um técnico e, ao mesmo tempo, ser um membro de um partido da coalizão. Assim, podemos dizer que o ministro foi escolhido por ter essas duas características consideradas importantes pelo presidente.

### **Conclusões**

Podemos ver algumas diferenças entre o primeiro e segundo governo Lula no que diz respeito à proporção das cotas nos 23 ministérios analisados. No primeiro mandato, Lula nomeou, para 18 ministérios, os membros classificados na cota partidária e aqueles que classificados na cota híbrida e para 5 ministérios aqueles considerados membros da cota técnica. Já no segundo mandato, Lula nomeou, para 10 ministérios, os membros que considerados da cota híbrida, para 11 ministérios, os membros classificados na cota partidária e, por fim, para 2 ministérios, ele nomeou os membros pertencentes à cota técnica.

Com esses números, os partidos da coalizão, no primeiro mandato, estavam presentes em 78% dos ministérios enquanto que, no segundo eles, ocupavam 91% dos ministérios. A causa desse aumento do número de ministérios destinados aos partidos da coalizão se deve tanto pela a incorporação, na base governista, de dois novos partidos quanto pelo aumento da participação do PMDB nos ministérios. A consequência desse fato foi a diminuição do número de ministérios ocupados por membros da cota técnica que passou de 22% para 9%.

Com esses dados coletados até aqui, conseguimos perceber a dimensão da ocupação ministerial no governo Lula, até o presente momento. No total, foram 52 ministros representantes dos partidos da coalizão, dos quais 17 foram do PT, 9 do PMDB, 3 do PL, 3 do PDT, 3 do PSB, 2 do PCdoB, 2 do PR, 1 do PPS, 1 do PP, 1 do PV, 1 do PTB e 9 técnicos. Esses ministros ocuparam 21 dos 23 ministérios, deixando apenas 2 intocados pela articulação partidária.

Demonstramos na nossa observação como o presidente Lula procurou compor a sua coalizão e como isso se refletiu na ocupação de cargos do Executivo. Sabemos que, no total, foram 11 partidos que fizeram parte da coalizão durante todo período. Mas, por todos os ministérios, no total, passaram 52 ministros dos quais 18 da cota híbrida, 9 sem filiação partidária e 25 pertencentes a cota política. Apesar do presidente ter priorizado a nomeação de seus ministros com base na filiação partidária, nossos dados nos mostram que o presidente procurou, nesses 51 meses aqui considerados, apoiar-se politicamente através da nomeação de 43 ministros, representantes dos partidos de coalizão e ao mesmo tempo, com 27 ministros, ele procurou promover a sua agenda de governo. Assim, essa distribuição nos mostra que Lula procurou unir a necessidade de ter apoio político junto com a necessidade de implementação do seu programa de governo. Em outras palavras, o presidente criou um arranjo ministerial no qual os partidos da coalizão adquiriram cargos, e ao mesmo tempo, os nomeados técnicos puderam promover, a partir de suas experiências profissionais, políticas públicas.

## **Referências**

- 1 - SANTOS, F. Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão. **Dados**, v. 45, n.2, p. 237-264, 2002
- 2 - BOTTOMORE, T.B. **As Elites e a Sociedade**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. 133p.
- 3 - ABRANCHES, Sérgio H. H. de. Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro. **Dados**, v. 31, n.1, p. 5-33. 1988.
- 4 - AMORIM, N. O. Gabinetes Presidenciais, Ciclos Eleitorais e Disciplina Legislativa no Brasil. **Dados**, v. 43, n.3, p. 479 -519, 2000.
- 5 - SANTOS, F. Governos de Coalizão no Sistema Presidencial : o Caso do Brasil sob a Égide da Constituição de 1988. **Reformas Políticas no Brasil**, p.223- 236, 2006.